

Principais determinantes dos processos migratórios da população rural idosa atendida pelo sistema previdenciário: o caso de São José do Norte (RS)

Jefferson Rodrigues dos Santos

✉ santos.geo@gmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa os principais fatores determinantes para o êxodo dos aposentados rurais do município de São José do Norte – RS. Após a apresentação do método de análise da situação geográfica e dos fundamentos teóricos para a compreensão dos processos decisórios dos agricultores, analisa-se a situação local anterior à inserção da política previdenciária. Nas seções seguintes, são abordados os fatores objetivos e subjetivos que definiram dois períodos de comportamento migratório. O primeiro período, do início da década de 1980 até o final da década de 1990, caracterizou-se pelo incentivo ao êxodo. No limiar da década de 2000, um novo conjunto de fatores proporcionou novas condições de vida no espaço rural, ocasionando a redução do êxodo. Como conclusão, salienta-se a importância do conhecimento das realidades locais, e como interações entre políticas públicas podem gerar efeitos inesperados.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: idosos rurais, aposentadorias, êxodo rural, situação geográfica, migrações.

Introdução

O final da década de oitenta no Brasil foi marcado pelo fim do regime militar, a abertura política e a redemocratização, processo que culminou com a elaboração da Constituição de 1988, caracterizada pela concessão de garantias sociais e direitos civis. No que tange ao espaço rural, um dos importantes aspectos da nova constituição diz respeito à chamada universalização da previdência social brasileira, que, a partir do conceito de *regime de economia familiar*, passou a abranger homens e mulheres dedicados a atividades como agricultura, pesca artesanal entre outras.

Com a operacionalização do subsistema rural da previdência a partir das regulamentações de custeio e acesso (Leis 8.212 e 8.213) no ano de 1991, a dinâmica dos espaços rurais, especialmente aqueles caracterizados pela presença de unidades familiares de produção, tem sido afetada pela entrada constante de renda monetária líquida proveniente da previdência.

Apesar de se equiparar aos proventos básicos oferecidos aos trabalhadores urbanos, um salário mínimo, o subsistema previdenciário rural tem preservado características peculiares quanto aos efeitos. A capacidade das formas de economia rural de produzir rendas não-monetárias atribui ao benefício previdenciário o caráter de renda complementar, elevando a capacidade dos beneficiários de acessar serviços e bens duráveis e de consumo.

Considerando a realidade brasileira, em que muitas áreas rurais passam por contextos de crise dos sistemas de produção, dificuldades de reprodução econômica e conseqüente êxodo da população rural, os indivíduos beneficiários da renda previdenciária tornam-se atores com destaque na dinâmica econômica tanto das unidades de produção quando dos próprios municípios. A partir desta realidade, os impactos econômicos repercutem no âmbito social, na medida em que se alteram as relações do idoso, maior público-alvo do sistema previdenciário, com os demais membros da família, na medida em que se torna provedor de renda.

Do ponto de vista espacial, a interação da renda previdenciária com a realidade preexistente produz impactos como a alteração da paisagem rural através de mudanças no padrão das moradias dos aposentados, a intensificação da mobilidade dos mesmos rumo a centros urbanos para o consumo e acesso a serviços, mas especialmente migrações rural-urbano de natureza definitiva.

A partir desta realidade, o presente trabalho objetiva, através de resultados de um estudo de caso desenvolvido no município de São José do Norte, no estado

do Rio Grande do Sul, analisar os fatores que operaram como elementos do processo decisório por migrar, processo que ocorreu com maior intensidade nos anos 1980 e 1990.

Referencial teórico

Compreender como a renda previdenciária interage com as condições locais preexistentes, constituindo situações de êxodo, exige uma abordagem metodológica capaz de abarcar as diversas determinações em suas diferentes escalas e variados recortes históricos. Conforme Milton Santos, o espaço geográfico supõe ações que se acumulam em diferentes momentos, o que significa que o espaço geográfico tem uma história prévia, que antecede novas ações que sobre ele incidem (SANTOS, 1985).

Neste sentido, parece imprescindível adotar a noção de *totalidade* proposta por este autor (SANTOS, 2002a [1978], 1985, 1986, 2002b [1996]). Em *Por Uma Geografia Nova* (2002a [1978], p. 237), Milton Santos postula a necessidade de se considerar a realidade como totalidade, na qual existe interdependência entre todas as partes. Suas considerações a respeito desta noção permanecem ao longo de sua produção e estão presentes naquela que é considerada sua obra mais importante, *A Natureza do Espaço* (2002b [1996], p. 114), quando a noção de totalidade é apontada como das contribuições mais fecundas da filosofia clássica. Sendo o espaço uma totalidade, diz o autor:

A verdade é que, seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. [...] Em primeiro lugar, quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade. [...] É por isso que, a partir desse impacto “individual” ou de uma série de impactos “individuais”, o todo termina por agir sobre o conjunto dos elementos formadores, modificando-os” (SANTOS, 1985, p. 15).

O estudo do espaço, tomado como esta totalidade, requer a apreensão de sua relação com a sociedade, com a qual temos a perspectiva de movimento, *processo*, bem como o desvelar das categorias *forma*, *função* e *estrutura*, e a compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

Para analisar processualmente esta totalidade em que estão presentes elementos como o Estado, atores econômicos e a sociedade, optou-se como ferramenta metodológica o conceito de *situação geográfica* tal como proposto por Pierre George e Milton Santos, bem como mais recentemente os trabalhos de Silveira (1999) e Claval (2011). Os dois últimos trabalhos merecem destaque por se

tratarem de um resgate mais recente do conceito e método. Claval analisou as diferentes manifestações da concepção de situação na história do pensamento geográfico, tendo como traço de continuidade a busca pelas conexões responsáveis por definir a identidade dos lugares. Claval encerra sua análise identificando certa prevalência dos fenômenos físicos na trajetória do conceito. Tal característica é superada nos três demais autores, em perspectivas balizadas na busca pela totalidade. Nas palavras de Pierre George (GEORGE et al, 1980), a situação é a resultante, num dado momento, de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam, sofrem efeitos de acelerações, de freios, sendo uma herança de situações pretéritas e condição para a situação futura. Para Milton Santos (1988, p. 96), a situação geográfica significa o quadro preexistente, sobre o qual incidirão as ações. É importante entender que esse quadro preexistente ou situação geográfica não se trata de uma realidade congelada, estática, mas um conjunto de fatores em constante movimento. Essa perspectiva é ressaltada por Silveira (1999) em seu relevo à historicidade e ao constante entrechoque de forças definindo e redefinindo as formas e os conteúdos das situações.

O conceito de situação geográfica torna-se operacional a partir dos pares dialéticos de conceitos que o compõe: *novo/velho; interno/externo; Estado/mercado*.

a) Novo/velho: este par permite observar o tempo histórico, a sucessão de eventos que condicionaram a organização espacial, econômica, social ou política de um dado lugar. Também possibilita vislumbrar os dados novos, as possibilidades em aberto, o presente não apenas projeto mais realidade ainda não terminada, como diz Santos (2002b, p.121) citando Whitehead.

b) Interno/externo: fornecem a noção de escala. Fatores internos são aqueles que estão presentes no local, participando da reprodução histórica daquele espaço/território. Mas a explicação de um lugar não se resume à escala local, sendo necessário considerar aquilo que é externo, isto é, os fatores que extrapolam a escala local, mas que representam múltiplas determinações à reprodução desta. Em resumo:

A evolução de um país, uma região, uma localidade, deve, pois, muito ao resultado do entrechoque entre dados externos e internos. A situação de um lugar é, em um dado momento, um resultado dessa síntese, permanentemente feita e refeita (SANTOS, 1985, p. 78).

c) Estado/mercado: são os mediadores entre novo/velho e externo/interno. Tanto o Estado quanto o mercado (em suas diferentes escalas) intervêm na vida de um lugar. O mercado está sempre presente, o Estado nem sempre, mas atua mesmo quando se omite, na medida em que outorga às mãos do mercado a regulação das

atividades humanas.

Construtos teóricos sobre a agricultura familiar

Dada a singularidade da história agrária do Brasil, é difícil tratar do tema da agricultura baseada na mão-de-obra familiar sem entrar num campo de debate ainda muito vivo, apesar da tradição de abordagem ao tema. Por razões de espaço e de foco, a questão será tratada brevemente, apesar do reconhecimento da necessidade de um aprofundamento que acompanhe a complexidade histórica e contemporânea do tema. Aqui, o conceito de agricultura camponesa é a base para a compreensão dos comportamentos sociais e produtivos dos atores em estudo. Considera-se importante essa abordagem no sentido de compreender os processos decisórios que envolveram as migrações dos beneficiários.

Os trabalhos de Alexander V. Chayanov situam-se entre as mais importantes referências para análise do que podemos chamar *economia camponesa*, uma forma de economia natural, segundo o autor (CHAYANOV, 1987, p. 52). Distinta dos estudos marxistas, centrados geralmente na perspectiva de classes sociais e seu papel nas revoluções burguesa e socialista, o comportamento econômico do indivíduo agricultor é privilegiado, dentro de uma perspectiva marginalista de economia, mas numa abordagem não ortodoxa. Para Chayanov, o comportamento econômico do camponês está subordinado às características de constituição da família, através de uma equação com dois elementos: o atendimento das necessidades de consumo da família e o trabalho requerido para atingir tal satisfação.

Assim, não se pode pensar a gerência da unidade de produção camponesa nos moldes do *cálculo em dinheiro*, tal como descrito por Max Weber (1999, p. 53), mas uma gestão de caráter qualitativo em que os recursos são tomados como: *é suficiente, é insuficiente, falta mais um pouco*, o que explica as colocações em estudos teóricos e empíricos sobre a ocorrência de situações de inexistência de contabilidade entre os agricultores. A crítica feita a Chayanov diz respeito a sua abstração das determinações externas, sejam econômicas ou políticas (HARRISON, 1987). Tal fragilidade foi superada pela posterior contribuição de Jerzy Tepicht (ABRAMOVAY, 1998), ao considerar a vinculação do campesinato a sociedades globais e suas consequências.

Outro dado importante desse universo é o caráter minimizador de riscos da gestão, frequentemente tratado de maneira equivocada como simples aversão ao novo. Segundo Theodor Shanin (1973), a agricultura é uma prática de intervenção na natureza na qual é impossível uma previsão perfeita dos resultados, o que expõe

a atividade às incertezas e altos e baixos determinados pela natureza, razão pela qual os agricultores pautam suas decisões na busca por reduzir os riscos.

Cabe ainda destacar que para esse autor a *família* e a *comunidade* representam duas das dimensões fundamentais da ação social no campesinato. A pequena localidade ou *aldeia* na acepção mais universal representa a materialidade do grupo que a compõe, a comunidade, ou seja, uma paisagem cultural testemunha de um espaço social. A comunidade é o espaço social das relações de interconhecimento, da troca de saberes, das relações de compadrio (e também de poder), laços de afetividade e do engajamento de ordem moral (TEDESCO, 1999). A família, por sua vez, é a unidade fundamental no desse grupo social, tanto do ponto de vista da lógica econômica, quanto das relações sociais que, por sua vez, influenciam práticas econômicas.

É importante lembrar que o grupo familiar pode extrapolar a escala da unidade de produção e que a própria concepção de família esteja em pleno processo de redefinição. Nela convivem crianças, adolescentes, adultos e idosos, pessoas de diferentes gerações, fato que coloca a questão das necessidades de consumo, que se tornam mais e mais complexas, influenciando também o comportamento econômico da unidade de produção. Nos relacionamentos, entrecruzam-se autarquia, dependência, cooperação, ora convergência, ora conflitos de opiniões e interesses. Em suma, “os relacionamentos são construídos e negociados permanentemente” (TEDESCO, 1999, p. 173). Do ponto de vista material, o grupo familiar é a primeira dimensão das relações de ajuda. Hoje, o idoso já aposentado representa em muitas situações o esteio econômico da família, sendo reconhecido como tal pelos demais membros, mesmo quando não compartilha residência.

Também é preciso lembrar da ideia de autonomia relativa (MENDRAS, 1978, p. 15) como um traço do campesinato que indica uma certa intensidade de relações com a sociedade global, historicamente observáveis, seja pela cultura, pela política ou pelo mercado. Apesar de se analisar aqui alguns referenciais historicamente situados no início do século XX, como Chayanov, hoje é preciso ter em mente que as relações dos agricultores são cada vez mais estreitas com o restante da economia e sociedade, ainda que a forma destas relações seja singular. Assim, emergem questões como o crescente papel do dinheiro nestas formas de economia. Shanin (1973, p. 17) oferece uma ideia deste processo:

A necessidade de dinheiro, produzido primeiramente pela exigência de aluguéis e impostos, é aumentado posteriormente pelas relações de mercado e pelo desenvolvimento de novas necessidades.

A necessidade crescente de renda monetária ou situações de valorização de determinada variedade agrícola podem representar determinantes para processos de especialização produtiva e a elevação da dependência ao mercado, como diz Almeida (1999, p. 147-148) a partir de seu conceito de heteronomia:

A heteronomização rompe com a coerência da exploração camponesa tradicional através de três maneiras: a) artificialização do trabalho, b) profissionalização da atividade agrícola e c) setorização da agricultura em geral.

No caso em estudo, acredita-se na existência de uma realidade multifacetada, na qual se mesclam traços de um *tipo ideal* camponês, caracterizado por elementos como a especialização produtiva, a monetarização da racionalidade (produzir para vender), apesar da inexistência de contabilidade e categorias capitalistas como salário, mudanças na vida comunitária como a eliminação de espaços de convívio e a emergência de formas diferenciadas de relação com a terra e o trabalho, enfim, um quadro extremamente complexo para o qual se adotou o referencial da agricultura camponesa, mas com consciência das continuidades e rupturas presentes.

A complexidade da análise reside no fato de que tais redefinições convivem com permanências o que remete à ideia de simultaneidade entre continuidade/descontinuidade. Distante das pretensões desse trabalho qualquer resolução do amplo leque das questões pertinentes a este tema, abordou-se aqui somente um conjunto de elementos que auxiliem na compreensão dos processos decisórios envolvidos nas migrações dos agricultores idosos no contexto da situação geográfica do município de São José do Norte.

Metodologia utilizada na pesquisa de campo

Os resultados desta interação foram analisados através de um total de 90 entrevistas aplicadas a três grupos, formados por: a) Trinta (30) famílias de agricultores aposentados hoje residentes na área urbana do município, b) Trinta (30) aposentados residentes na área rural e c) Trinta (30) agricultores fora da idade de aposentadoria.

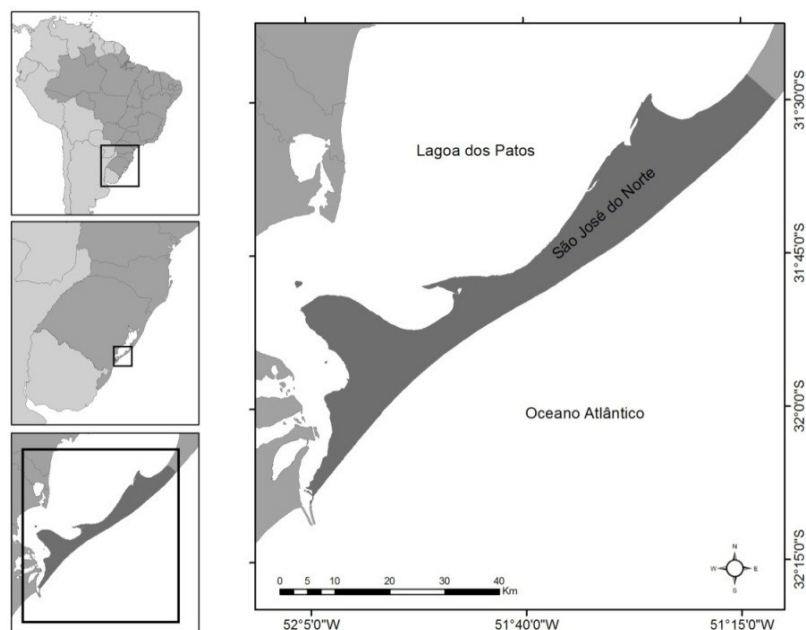
O instrumento de investigação utilizado foi um questionário composto por questões fechadas para posterior tratamento estatístico descritivo e questões semiestruturadas analisadas por uma metodologia de pesquisa qualitativa. Neste texto são apresentados alguns dos resultados de ambas as abordagens, com enfoque em fatores julgados pertinentes aos processos migratórios. As eventuais citações

diretas dos depoimentos não se tratam de manifestações isoladas, mas orações que ilustram ideias transmitidas repetidas vezes por diferentes entrevistados, no contexto da metodologia de pesquisa denominada *análise de conteúdo* (MORAES, 1999).

A metodologia baseia-se na preparação do conteúdo obtido por meio de entrevistas semiestruturadas. A reprodução das respostas dos entrevistados em forma de texto permite a identificação de certos padrões no discurso dos indivíduos envolvidos na pesquisa. Esses padrões repetitivos são classificados segundo as informações contidas, dando origem a categorias. Os discursos dos indivíduos já categorizados por temas são aglutinados, sendo posteriormente descritos e interpretados.

Descrição da área de estudo e contexto das migrações rural-urbano

Figura 1: Localização de São José do Norte no estado do Rio Grande do Sul



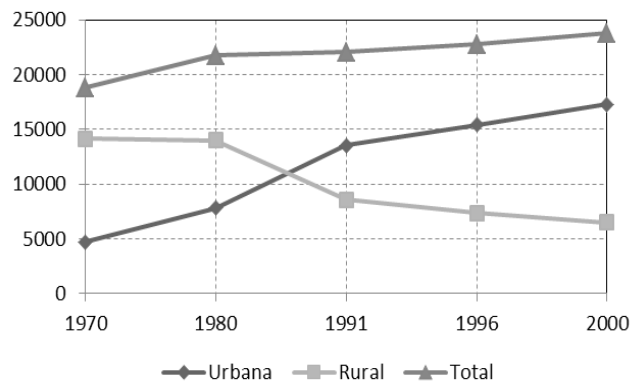
Fonte: Elaborado pelo autor

De meados ao final do século XIX, recebeu o aporte da cultura de cebola que descreveu uma trajetória de ascensão até tornar-se a base da economia, tanto dos agricultores quanto do município, cujo ápice ocorreu na metade do século XX. Tal fato pode ser creditado a um processo de alta cíclica dos preços ocorrido entre as décadas de 1950 e 70 pelo crescimento da demanda nacional frente a heterogeneidade espaço-temporal da oferta, tendo o Rio Grande do Sul como principal produtor e o município em questão dentro deste. Em meados da década de 1980 acirrou-se a concorrência inter-regional, surgindo Santa Catarina, São

Paulo e estados do Nordeste como produtores, estabelecendo um teto ao preço do produto, o gradativo decréscimo relativo do valor da produção e mesmo ocasiões de queda do mesmo devido à ocorrência de supersafras (SANTOS, 2006).

Apesar da crise, os agricultores permaneceram especializados na cultura da cebola, pela ausência de uma contabilidade que os permitisse observar tal decréscimo, além das dificuldades de escoamento da produção, tornando a cebolicultura a produção possível (FONTOURA, 1994), o que resultou num processo de inviabilização econômica e massivo êxodo rural no intervalo das décadas de 1980 e 2000¹, tornando o município majoritariamente urbano (Figura 2).

Figura 2: População Urbana, Rural e Total do município de São José do Norte (1970 – 2000)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Do ponto de vista infraestrutural, o espaço da restinga da Lagoa dos Patos esteve durante muito tempo alheio ao processo de modernização empreendido pelo Estado, já que sua importância estratégica perdera sentido com o arrefecimento das disputas coloniais a partir do tratado de Santo Ildefonso, que passara a definir os limites entre as coroas portuguesa e espanhola (1777). Com uma rodovia federal não pavimentada (BR-101), a via de escoamento da produção ocorria especialmente por travessia hidroviária até Rio Grande elevando os custos de transporte. Somente em meados dos anos 1990 o município passou a integrar a rede geral de fornecimento de energia elétrica, desativando sua unidade geradora movida a diesel em 1994.

O projeto estadual Pró Luz (1998) e os federais Luz no Campo (2000) e Luz

1 Optou-se por não apresentar os dados do censo demográfico do ano de 2010 pelo fato de que uma mudança na delimitação de áreas urbanas e rurais efetuada na legislação municipal alterou a tendência apresentada na figura 2.

Para Todos (2004) proporcionaram a eletrificação rural até então inexistente. Em 1999, inicia-se o processo de pavimentação da BR-101 em dois trechos não conectados, mas que proporcionaram à população residente num raio de 30 quilômetros o acesso à sede municipal, sendo que o outro trecho possibilitava o transporte para os municípios vizinhos de Tavares e Mostardas, existindo, entretanto, um hiato de 50 quilômetros entre os dois trechos. Atualmente a rodovia está totalmente pavimentada. O município também não dispõe de uma boa distribuição de estabelecimentos de saúde no espaço rural e mesmo os existentes apresentam serviços bastante precários.

A hipótese é a de que esse conjunto de condicionantes, ao formar uma situação geográfica pretérita, interagiu com a posterior chegada da renda dos benefícios previdenciários rurais, definindo diferentes repercussões sobre os processos migratórios, em função de diferentes arranjos. Apresenta-se a seguir os dados obtidos em escala regional, levantados após cerca de uma década de efetividade do subsistema rural de previdência.

Impactos espaciais da previdência rural brasileira: regiões Nordeste e Sul

O acesso à renda previdenciária apresenta importantes repercussões de ordem espacial. No nível da paisagem, são verificadas mudanças no padrão de construção das moradias, como o maior uso da alvenaria, que se destacam na paisagem rural por diferenciarem-se das moradias de madeira ou de materiais menos resistentes, tanto na experiência das regiões Sul e Nordeste quanto no estudo de caso em São José do Norte – RS. No caso local, destaca-se também as melhorias sanitárias através da construção de banheiros de alvenaria providos de fossa e chuveiros elétricos, observáveis nas moradias dos recém-aposentados.

A localização dos aposentados rurais também é um elemento importante da análise, a partir da situação dos domicílios, ou seja, se *rural* ou *urbana*. Nesse aspecto, segundo Delgado e Cardoso Jr. (1999), surgiu um resultado no que diz respeito à residência dos aposentados em sua pesquisa, como expressam os autores:

Um outro resultado importante, constatado na pesquisa de campo e que de certa forma a motivou, é a descoberta de um espaço geográfico e social de residência e convivência dos aposentados e pensionistas rurais, com características algo distintas do setor rural tradicional, de certa forma redefinindo-o em termos sociais e econômicos. (...) a pesquisa identificou um novo espaço rural não coincidente como o setor rural tradicional das estatísticas agropecuárias e rurais do IBGE. (DELGADO; CARDOSO Jr. 1999, p.

9)

Ao se referirem a esse *novo espaço rural*, os autores tentam explicitar uma constatação. Na metade dos casos estudados na pesquisa da Região Sul, os aposentados residiam em domicílios rurais, considerando os critérios estabelecidos pelo IBGE. Na outra metade dos casos, entretanto, os domicílios situavam-se em áreas urbanas de municípios de até 50 mil habitantes em 75% dos casos, segundo os autores. Este conjunto de situações de domicílio os autores chamam de *espaço rural-microurbano* (DELGADO; CARDOSO JR., 1999), ou seja, localizados no espaço rural e na área urbana de municípios pequenos. No caso da Região Nordeste, Galindo e Ferreira Irmão (2003) mostram que 54,7% dos beneficiários da previdência rural residiam em áreas consideradas urbanas, sendo os restantes 45,3% residentes em áreas rurais. Delgado e Cardoso Jr. (2000; 2003) averiguaram a relação entre introdução do sistema previdenciário e instalação de fluxos migratórios, tentando observar as possíveis mudanças de domicílios e o recebimento regular da renda proveniente da previdência social. A pesquisa constatou que 27% de todas as famílias investigadas tanto na Região Sul quanto no Nordeste do Brasil realizaram pelo menos uma mudança de domicílio desde que passaram a receber os benefícios.

Tomando exclusivamente o conjunto da população migrante, o quadro dos fluxos estava composto da seguinte maneira: na Região Sul, 56,2% dos migrantes residia em zonas rurais antes da mudança de domicílio. Após as migrações, 78,8% estavam em áreas urbanas, contra 21,2% que permaneceram no meio rural. Já na Região Nordeste cerca de 60% encontrava-se na zona rural antes da migração, situando-se os cerca de 40% restantes na zona urbana. Daqueles que se encontravam na zona rural e migraram, fizeram-no para a zona urbana em 52,4% dos casos. As migrações entre zonas urbanas ocorreram em cerca de 91,7 % dos casos. A composição final mostra 68,3% dos migrantes tendo áreas urbanas como situação de domicílio.

Outro dado relevante diz respeito ao tamanho dos municípios envolvidos nas migrações. Os dados tratados por Delgado e Cardoso Jr. (2000; 2003) mostram que, majoritariamente, os fluxos migratórios ocorrem dentro do mesmo município em ambas as regiões. No caso das migrações entre municípios, estas ocorreram rumo a municípios de população igual ou menor. Menos de 10% das migrações a partir de municípios de até 25 mil habitantes ocorreu em direção a municípios maiores na Região Sul (DELGADO; CARDOSO JR., 2000). O mesmo padrão se manifestou nos municípios com população entre 50 e 100 mil e 100 e 200 mil habitantes, para os quais as migrações ocorreram majoritariamente para municípios de população igual

ou menor (Tabela 1).

Tabela 1. Fluxos migratórios, segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios e em mil habitantes)

Destino (mil hab.)	Origem (mil hab.)					Total
	Até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200	
Até 25	90,4	3,9	1,8	5,7	14,3	
25 a 50	1,2	84,4	1,8	0	6,1	
50 a 100	4,1	1,3	94,6	2,8	0	
100 a 200	0,8	3,9	0	88,5	2	
Mais de 200	3,3	6,5	1,8	2,8	77,5	
Total	100	100	100	100	100	
Composição populacional dos municípios	3,4	10,7	15,3	10,6	-	100
Composição populacional dos municípios acumulada	3,4	74,1	89,4	100	-	100

Fonte: Contagem Nacional da População 1996 (IBGE) e Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural – Fase II. In: Delgado e Cardoso Jr. (2000)

Na Região Nordeste, tomando os municípios com até 25 mil habitantes, os deslocamentos ocorreram no sentido de municípios de igual tamanho em 94,9% dos casos. O padrão de migração entre municípios de tamanho igual ou menor continua nos municípios entre 50 e 100 mil habitantes e maiores. Os dados apresentados por esses estudos contrariam o senso comum, centrado na ideia de que a renda previdenciária rural – *per se* – seria capaz de garantir a fixação de população no meio rural. O aspecto curioso diz respeito ao fato de a mobilidade dar-se entre municípios de tamanho igual ou menor. Considerando que a polarização exercida pelas grandes cidades baseia-se sobretudo na oferta de postos de trabalho, emerge a hipótese de que a renda não seja o motivador dessas migrações. O estudo de caso realizado no município de São José do Norte, no estado do Rio Grande do Sul pode contribuir para o entendimento desse processo descrito na escala regional.

Os processos migratórios do público aposentado em São José do Norte – RS

Processos migratórios podem ser determinados por uma miríade de fatores muito variáveis de caso a caso. Em linhas gerais, envolvem um processo de *desajustamento-ajustamento* (FONTOURA, 1994, p. 95) dos indivíduos envolvidos, não se tratando apenas de um movimento no espaço, mas de um processo de

desvinculação a um contexto cultural e de valores e a vinculação a outro contexto com sua cultura, condições materiais e normas de comportamento específicas.

Dos trinta aposentados rurais entrevistados que residiam na área urbana do município, 43% afirmou ter mudado para a cidade *antes* da aposentadoria. Os restantes 57% migraram para a cidade *após* acessarem o benefício previdenciário (Tabela 2).

Tabela 2. Aposentadoria e migrações entre os aposentados com situação urbana – São José do Norte (2005)

Migração para a cidade	
Em relação à aposentadoria	(%)
Antes	43,3
Depois	56,7
Tempo de ocorrência	
Anos	(%)
0-4	10
5-9	26,7
10-14	33,3
15-19	13,3
20-24	6,7
25 ou mais	10

Fonte: pesquisa de campo (2006)

O êxodo rural anterior à aposentadoria ocorreu em decorrência da crise estabelecida pela reorganização espacial da produção de cebola no Brasil, cujo resultado foi a emergência de regiões produtivas que passaram a competir com o estado do Rio Grande do Sul e a área de estudo, além dos fatores internos, especialmente o oligopsônio dos atravessadores responsáveis por comercializar a produção e seu poder sobre os preços.

Como resultado, as unidades de produção mais vulneráveis economicamente se tornaram inviáveis, considerando o contexto local de especialização. Esclarecedora a resposta, que ilustra a inviabilidade econômica atingida por parte das unidades de produção: (questionado sobre o motivo do êxodo) “Sabe por quê? Quando eu botei a primeira safra fora de cebola e senti que não ia dá, eu disse: ‘Minha gente, vamo se mandá porque não dá mais’, que o meu trator também pediu obra, e a cebola não dava pra ela, custará pra endireitar o trator” (15º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte,

2005).

No caso dos beneficiários que migraram após se aposentarem, observou-se a concentração até o final da década de 1990. Isto levou à constatação de que estes aposentados migraram para a cidade *antes* da instalação das infraestruturas de transporte e eletrificação rural hoje existentes, e o fizeram em grande medida pela inexistência destas.

A combinação entre renda garantida e fatores complicadores da sobrevivência do idoso no espaço rural representa uma plausível explicação para o êxodo destes aposentados que, apesar da segurança alimentar e de renda, mudaram-se para a cidade. Como o aposentado não dependia mais exclusivamente da agricultura para a satisfação de suas necessidades, sua decisão de permanecer no campo ou se mudar para a cidade foi influenciada por uma multiplicidade de fatores, objetivos e subjetivos, os quais são abordados a seguir.

Saúde como determinante para a migração rural-urbano

A ocorrência de doenças, a necessidade de acompanhamento médico, o melhor acesso aos serviços de saúde e a proximidade de outros membros da família para o cuidado dos enfermos centralizam o tema da saúde como principal motivo para a migração daqueles que hoje vivem no meio rural.

A tabela a seguir (Tabela 3) apresenta dados que buscam também mostrar a influência dos beneficiários no processo de transferência de renda para a área urbana do município, através do uso de serviços de saúde privados. Vê-se um expressivo percentual do grupo de aposentados informando acessar serviços de atendimento médico, o que pode ser diretamente correlacionado ao perfil etário do público em estudo.

Tabela 3. Acesso a atendimento médico privado – São José do Norte (2006)

	Aposentados situação rural (%)	Não aposentados (%)	Aposentados situação urbana (%)
Sim	46,7	30	60
Não	53,3	70	40

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Segundo idosos ainda residentes no meio rural, seus planos de permanência no campo podem ser alterados caso as condições de saúde se agravem, levando a necessidade da migração para a cidade, apesar do conforto da energia elétrica e pavimento atualmente existentes. Entre os aposentados rurais atualmente

domiciliados na área urbana, a saúde também pesou como um dos fatores para o êxodo rural, como exemplifica a frase de um dos entrevistados, retirada de uma categoria emergente após a análise de conteúdo das entrevistas:

É melhor né [referindo-se à cidade]. O cara aqui mesmo tá pertinho do recurso. Não dá, por exemplo se o cara for saí de lá [rural], sem ter condução, que não tinha condução naquele tempo não tinha. A estrada não passava mesmo né. O cara tinha que arrumar um cavalo pra saí de cavalo ou arrumar uma carroça pra saí de carroça. E aqui não, o cara aqui tá pertinho. Tá ali logo ali (7º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

Desagregação da família

A dissolução do grupo familiar trata-se de um dos fatores muito presentes entre aqueles que influenciaram a migração dos aposentados ora situados no espaço urbano. Com o antecedente êxodo rural dos filhos ou a constituição de suas próprias famílias em outras unidades de produção, as unidades geridas pelos aposentados perderam a mão de obra representada pela presença dos filhos, tornando-as inviáveis, como sugere o trecho: “Nós nos mudamos porque os filhos casaram tudo e fizeram a parte deles né. E nós ficamos os dois sozinho” [...] (16º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

Os dados da pesquisa de campo indicam que é mais comum o arranjo familiar formado por apenas um casal de aposentados entre os atualmente domiciliados na área urbana do município. Entre aqueles ainda residentes no meio rural, são frequentes os arranjos onde se observa convivência com mais membros familiares (Tabela 4).

Tabela 4. Arranjos familiares nas unidades domiciliares de aposentados – São José do Norte (2005)

Arranjo	Aposentados situação rural (%)	Aposentados situação urbana (%)
Beneficiário(a) sozinho	10	10
Um beneficiário(a), mais filho(s) e neto(s)	10	13,3
Casal	33,3	46,7
Casal e filho(s)	16,7	6,7
Casal, filho(s) e neto(s)	16,7	6,7
Casal e neto(s)	6,7	10
Outros arranjos	6,7	6,7
Total	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2006)

No início dos anos 1990, período ainda fortemente marcado pelo êxodo rural entre todas as faixas etárias, os dados do PNUD indicavam cerca de 13% da população idosa do município vivendo sozinha. Porém, os dados relativos à década seguinte (2000) revelam que em São José do Norte o crescimento de idosos morando sozinhos foi menor do que o ocorrido nos municípios da região.

A previdência rural pode ter influenciado um novo arranjo familiar, cuja responsabilidade pela renda domiciliar passou a ser compartilhada, senão centralizada pelo idoso.

Tabela 5. Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas – Microrregião Litoral Lagunar (RS)

Município	1991	2000	Varição 1991-2000
Chuí	18,51	20,71	2,2
Rio Grande	11,62	19,68	8,06
Santa Vitória do Palmar	19,83	19,34	-0,49
São José do Norte	13,82	14,58	0,76
Mostardas	9,6	18,28	8,68
Tavares	14,8	17,55	2,75

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003

Na década de 1990, a ausência de companhia para os idosos também pesou na decisão de abandonar o campo e mudar para a cidade como manifesta a oração a seguir, também obtida a partir da análise de conteúdo: “O motivo que fez eu me

mutá pra cidade foi que, os meus filho casaram tudo, e eu fiquei sozinho com ela, não dava pra fazê prestação mais. Não tinha jeito, que eu já tava velho [...]” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005). Esse relato remete às questões demográficas presentes na obra de Chayanov. A dinâmica e mesmo viabilidade das unidades de produção passa pela presença de pessoas e suas necessidades, bem como a força de trabalho que representam.

A crise da agricultura em São José do Norte levou à necessidade de muitos jovens partirem para a cidade em busca de novas formas de sobrevivência econômica, seja em São José do Norte ou na cidade vizinha de Rio Grande, cuja atividade portuária e do parque industrial pesqueiro absorveu grande contingente de mão de obra, pelo menos até meados dos anos 1990.

A experiência da vida na cidade redefiniu visões de mundo acerca do trabalho e da relação com a terra. Durante as entrevistas foi possível perceber as tensões entre os casais de aposentados, com o desejo de um dos membros com relação à mudança para a cidade, e entre as opiniões dos aposentados frente aos membros mais jovens da família, mesmo quando os filhos não estavam presentes. São comuns os relatos de filhos que mudaram para a cidade e que depois convenceram os pais a também fazê-lo, afirmando que a vida na cidade seria melhor.

Descolamento vida/trabalho no espaço rural

Discurso muito presente nos depoimentos dos aposentados que atualmente vivem na cidade trata-se de uma espécie de descolamento entre o trabalho e a vida no campo. Segundos os mesmos, como não podiam mais trabalhar na plantação, não havia mais motivação para permanecer no campo, como ilustra o trecho: “[...] porque a gente tá velho ia ficá fazendo o quê lá?” (12º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte). Mesmo com as atuais transformações ocorridas no meio rural acerca das condições de conforto, consideram impossível o retorno já que não há mais o que fazer no meio rural. A pergunta sobre viver no campo foi sempre respondida pelo viés do trabalho, sem o qual não havia a possibilidade de continuar no campo: “[...] Porque não tinha jeito, como é que eu ia ficá lá fazendo o quê lá sem plantá cebola? Não tinha jeito mesmo” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

Acreditamos que o estreitamento dos vínculos com o mercado, a especialização ocorrida na área de estudo, tenha operado no sentido de inserir elementos de descontinuidade, através da *profissionalização*, na racionalidade do

agricultor local. Assim, o rural passa a ser visto não mais como lugar de vida, mas como ambiente de trabalho. Manifestações que permitem esta inferência foram transmitidas por cerca de metade dos trinta entrevistados atualmente domiciliados no espaço urbano.

Ausência de infraestruturas no espaço rural

A dificuldade de acesso à área urbana do município e inexistência de infraestruturas de energia no campo definiam um cenário com franca tendência de êxodo para os idosos rurais até a virada dos anos 2000. A manutenção da saúde e atendimentos emergenciais eram dificultados pela inexistência de pavimentação na rodovia responsável pela ligação do rural ao urbano.

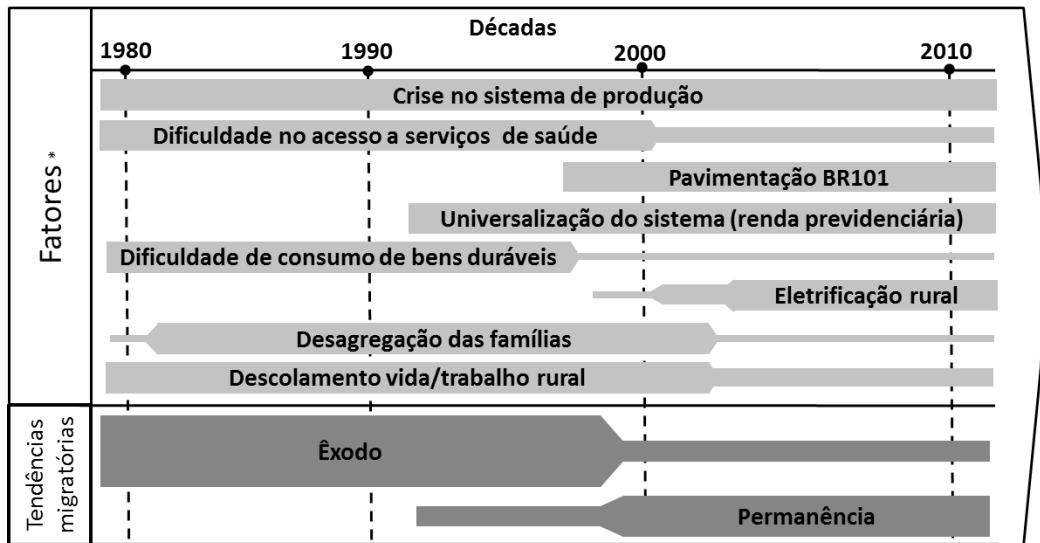
No que toca à energia, na ausência de tal serviço o aposentado tinha a possibilidade de realizar certos confortos através de bens duráveis, mas não tornava efetivo tal consumo, devido à impossibilidade de instalar tais equipamentos, como refrigeradores, televisores e chuveiros elétricos. Esse último definia inclusive o padrão sanitário das moradias, em sua maioria desprovidas de banheiro.

No ano de 1999, a rodovia BR-101, no trecho entre São José do Norte e Mostardas, passou a receber pavimentação, modificando a situação de uma estrada com péssimas condições de trafegabilidade, apelidada regionalmente como “estrada do inferno”. As entrevistas dos aposentados com situação rural davam conta de que com a estrada, a distância entre suas casas e a cidade havia se tornado menor com a melhoria do transporte.

Outro fator importante foram os sucessivos programas Pró-luz (1998), Luz no Campo (1999) e Luz Para Todos (2004), que até o final da década de 2000 ampliaram a distribuição de energia elétrica para a totalidade dos domicílios da área de estudo. Como consequência, ocorreu um crescimento da demanda por equipamentos de uso domésticos acima citados, influenciando inclusive o ritmo e intensidade do comércio local, antes marcado pela sazonalidade das demandas. Outro reflexo observado, agora no espaço rural, foi a construção de instalações sanitárias nas casas, tendo o chuveiro elétrico o principal motivador.

A figura 3 busca sintetizar a interação entre os diferentes fatores constituintes da situação geográfica em São José do Norte. Da interação entre estes foi possível definir dois períodos, considerando o êxodo rural como parâmetro. Até o final dos anos 1990, a renda previdenciária interagiu com fatores que impeliram os aposentados rurais a buscarem a cidade.

Figura 3: Fatores influentes e tendências migratórias dos aposentados rurais de São José do Norte – RS



* A espessura das linhas representa qualitativamente a intensidade dos fenômenos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao final da década de 1990 e na seguinte, o surgimento de outras políticas criou condições novas que passaram a motivar a permanência dos aposentados na área rural do município. Num quadro de crise da cebolicultura, o êxodo passou a conviver com o desejo de permanência dos agricultores aposentados. Os processos convivem, havendo uma tensão entre eles causada, entre outros aspectos, por alterações no quadro de saúde dos idosos rurais, e a decorrente necessidade de migração para a área urbana.

Considerações finais

De acordo com o estudo de caso realizado, aponta-se como fatores determinantes na decisão por migrar um conjunto no qual estão presentes os obstáculos que dificultam a melhoria das condições de vida do aposentado, apesar de sua renda, bem como fatores de ordem subjetiva, ligados às relações familiares e com o significado do trabalho e da relação com o espaço no campo.

A pesquisa desenvolvida no município de São José do Norte - RS mostrou que existem casos nos quais o atual aposentado rural migrou para áreas urbanas antes de acessar o benefício previdenciário, ainda em idade economicamente ativa. A crise do sistema de produção calcado na cebolicultura atuou como o elemento central no processo de êxodo rural anterior à aposentadoria.

Os dados das regiões Nordeste e Sul sobre migrações rural-urbano entre municípios de tamanho igual ou menor permitem inferir, à luz do estudo de caso,

que boa parte dos aposentados procura por acesso a serviços básicos de saúde inexistentes no meio rural, não fontes de renda, o que os faria buscar centros urbanos maiores. Soma-se a isto a frequente inexistência de infraestruturas como transporte e energia elétrica. Com número ínfimo no caso estudado, as situações de arrendamento de terras devem ser consideradas como fator para êxodo dos idosos, a partir de sua situação inativa.

Com base na realidade observada, acreditamos que o somatório da melhoria (virtual) das condições de vida (representada pela renda) somada à impossibilidade de tornar efetivas tais condições de vida (no meio rural) uma explicação plausível para o êxodo também na experiência nacional. A organização preexistente do espaço rural representa o maior fator de definição de tais efeitos.

Nesse sentido salienta-se a necessidade da análise das interações entre políticas públicas, cujos resultados podem ser maximizadores ou inibidores de efeitos sociais, econômicas e territoriais.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol 34. Rio de Janeiro, 1959.
- CLAVAL, P. *Epistemologia e geografia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., J. C. *O idoso e previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Texto para Discussão n. 688. Rio de Janeiro; IPEA, 1999.
- DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil* (Projeto de avaliação socioeconômica da previdência social rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. Relações de cooperação, migrações e bem estar domiciliar. In: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2003. p. 81-101.
- CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: THORNER, D. et al. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. México D.F: Ediciones Pasado y Presente, 1987. 2ª ed. p. 49-79.
- FONTOURA, L. F. M. *As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- GALINDO, O. & FERREIRA IRMÃO, J. A previdência rural e a recuperação econômica e social das famílias do nordeste. In: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. (orgs). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2003. p. 165-186.
- GEORGE, P. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, P. et al. *A Geografia ativa*. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 9-40.

- HARRISON, M. Chayanov y la economía del campesinado ruso. *in: THORNER. D. et al. Chayanov y la teoría de la economía campesina*. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1987. 2ª ed. p. 153-189.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*. Porto Alegre, v. 22, n.37, p. 7-32. Mar. 1999.
- SANTOS, J. R. *Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte – RS* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1986. 2ª Ed.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1988. 2ª ed.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp. 2002a.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002b.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *in: Revista Território*. Ano IV. n. 6. Jan./jun. 1999. pp. 21-28.
- SHANIN, T. A natureza e a lógica da economia camponesa. *in: Journal of peasant studies*, 1973. pp.63-80. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).
- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. 4ª ed.

Sobre o autor

Jefferson Rodrigues dos Santos: geógrafo pela FURG (2003), mestre em Geografia pela UFRGS (2006) e doutor em Geografia pela UFSC (2012). É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – campus Rio Grande.

* * *

ABSTRACT

Main determinant factors of migration processes of rural elderly population attended by social security system: the case of São José do Norte – RS [Brazil]

This paper analyzes the main factors underlying the exodus of retired rural on São José do Norte municipality, Rio Grande do Sul state. Initially, we present a method called Geographical Situation, as well some theoretical constructions about farmers' decisions making. After, we analyze the local situation established previously the insertion of a rural social security policy. In the following sections, we discuss the objective and subjective factors whose defined two periods of migratory behavior. The first period, early 1980s until the late 1990s, was marked by an incentive for the exodus. The threshold of the 2000s a new set of factors provided new living conditions in rural areas, resulting in a reduction of rural exodus. As conclusion, we highlight the importance of knowing local realities to better understand unexpected effects that could emerge from interactions between public policies.

KEYWORDS: rural elderly, social security police, rural exodus, geographical situation, migrations.

RESUMEN

Principales determinantes de los procesos migratorios de la población rural de ancianos atendidos por el sistema de seguridad social: el caso São José do Norte – RS [Brasil]

Este artículo analiza los factores determinantes para el éxodo de pensionistas rurales del municipio de São José do Norte - RS. Después de la presentación del método de análisis de la situación geográfica y de los fundamentos teóricos para la comprensión de los procesos de toma de decisiones de los agricultores, analizamos la situación local antes a la inserción de la política de seguridad. En las secciones siguientes, discutiremos los factores objetivos y subjetivos que definieron los dos períodos del comportamiento migratorio. El primer período, del inicio de la década de 1980 hasta el final de 1990, se caracterizó por el incentivo al éxodo. En el inicio de la década de 2000 un nuevo conjunto de factores proporcionan nuevas condiciones de vida en el espacio rural, provocando una reducción del éxodo. Como conclusión, enfatizamos la importancia del conocimiento de las realidades locales, y como las interacciones entre políticas públicas pueden generar efectos inesperados.

PALABRAS CLAVE: ancianos rurales, pensiones, éxodo rural, situación geográfica, migraciones.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em agosto de 2013. Aprovado em dezembro de 2013.